



# **XIV ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS**

---

**OS DESAFIOS DA  
ARQUIVOLOGIA NO  
MUNDO DIGITAL**

---

**Associação dos Arquivistas do  
Estado de Santa Catarina**

## **XIV ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS**

“Os desafios da Arquivologia no mundo digital”

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
(Org.)

## **XIV ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS**

“Os desafios da Arquivologia no mundo digital”

FLORIANÓPOLIS  
2019

© 2019 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos.

Proibida a venda.

### **Comissão Organizadora**

Leolíbia Luana Linden  
Luiza Morgana Klueger Souza  
Camila Schwinden Lehmkuhl  
Amanda Herzmann Vieira

### **Comissão Científica**

Camila Schwinden Lehmkuhl  
Aline Karmes Krüger  
Eliandro dos Santos Costa  
Eva Cristina Leite da Silva  
Fernanda Frasson Martendal  
Francisco Alcides Cougo Júnior  
Graziela Martins de Medeiros  
Luciane Paula Vital  
Luiza Morgana Klueger Souza

Ficha catalográfica elaborada por Juliana A. Gulka - CRB-14/1514

E56a Encontro Catarinense de Arquivos (14. : 2019 : Florianópolis, SC)

Anais do XIV Encontro Catarinense de Arquivos: "Os desafios da Arquivologia no mundo digital" / Organizado [por] Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina . – Florianópolis : Editora AAESC, 2020.

81 p. : il. Color

ISBN 978-65-990750-0-1

1. Arquivologia. 2. Gestão documental. 3. Patrimônio Documental - Arquivos. I. Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina

CDU 025.171(816.4)

# SUMÁRIO

- 7** **Diagnóstico em Acervos Digitais: estudo de caso em um órgão do Poder Executivo Federal**  
*Diagnosis of Digital Collections: Case Report of a Federal Agency*  
Ívina Flores Melo Kuroki; Charley Luz
- 16** **Diagnóstico da gestão de documentos arquivísticos digitais na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: análise dos dados de pesquisa do Observatório de Documentos Digitais**  
*Diagnosis of the management of digital archival documents at the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education: analysis of Digital Data Observatory research data*  
Eduardo Rafael Miranda Feitoza; Daniel Flores
- 26** **O processo de descrição arquivística no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**  
*The process of the archival description at the Regional Electoral Court of Santa Catarina*  
Camilla Pietra Otto; Luciane Paula Vital
- 36** **Descrição arquivística: conceito nos periódicos científicos brasileiros**  
*Archival description: concept in Brazilian scientific journals*  
Luciane Paula Vital; Cher Oliboni Luza
- 42** **A fundamentalidade do apoio Legal às atividades arquivísticas: o Arquivo Público Municipal de Chapecó**  
*The fundamentality legal support to archival activities: the Arquivo Publico Municipal de Chapeco*  
Katuscia Winckler Migliavacca
- 48** **Patrimônio cultural em risco: arquivos e planos de emergência**  
*Cultural heritage at risk: archives and emergency plans*  
Carlos Alberto Rodrigues; Eliana Maria dos Santos Bahia
- 57** **A memória preservada e recuperada pela descrição arquivística: as fotografias digitais de jornal**  
*The preserved memory by archival description: the newspaper digital photographs*  
Alvaro Pouey Filho; Francisca Ferreira Michelon
- 65** **Acervo fotográfico em Arquivos Públicos: em busca do corpus da literatura e suas contribuições**  
*Photographic collection in Public Archives: searching for the corpus of literature and its contributions*  
Eva Cristina Leite da Silva; Vanessa Aline Schweitzer Souza
- 75** **Transcrição e Digitalização dos manuscritos da Colônia de Blumenau do século XIX – acervo que integra o setor de obras raras da Biblioteca Universitária da UFSC**  
*Transcription and Digitization of manuscripts of the 19th Century Blumenau Colony - collection that integrates the rare works sector of the UFSC University Library*  
Glauca da Silva; Aline Carmes Krüger

“É preciso criar uma mentalidade em todos os níveis sociais e em todas as faixas etárias da nossa população, visando defender o nosso patrimônio documental.”

(WALTER PIAZZA, 1988)

## APRESENTAÇÃO

O Encontro Catarinense de Arquivos (ECA) começou a ser organizado em 1984, por meio de uma parceria entre a Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (AAAP-SC) e o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), com o objetivo de reunir representantes de instituições públicas e privadas, estudantes de universidades e pessoas interessadas na preservação e guarda do patrimônio documental catarinense. Realizado a cada dois anos, o ECA foi sediado pelos seguintes municípios: Florianópolis (1984, 1986, 1988, 1992, 1996, 2002 e 2004), Joaçaba (1990), Blumenau (1994 e 2000) e Jaraguá do Sul (1998 e 2007).

Em 2017, após uma lacuna de 10 anos desde o último ECA, a Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC) tornou-se responsável pela promoção do evento em parceria com o APESC. A 13ª edição ocorreu nos dias 27 e 28 de novembro de 2017 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, tendo como tema “Arquivos: da gestão ao patrimônio documental”.

Depois de dois anos, a 14ª edição do evento ocorreu nos dias 18 e 19 de novembro de 2019, na sede do APESC, resultado de uma parceria entre a AAESC, o APESC e o curso de graduação em Arquivologia da UFSC. Esta edição teve a seguinte temática: “Os desafios da Arquivologia no mundo digital”. Foram cerca de 70 participantes, provenientes das cidades catarinenses de Florianópolis, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Blumenau, Rio do Sul, Jaraguá do Sul, Criciúma e Chapecó, além de outros estados, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Brasília.

Quanto a programação do XIV ECA, estiveram presentes palestrantes renomados no cenário arquivístico nacional, como Daniel Flores, da Universidade Federal Fluminense, que trouxe reflexões acerca do arquivista do futuro em meio à transformação digital da área, e Beatriz Kushnir, Diretora Geral do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, apresentando as implicações da PL 7920/2017 e MP 881/2019. Além de falas locais, como de Sandra Zanon (TRE/SC), trazendo aspectos práticos da arquivologia digital atual no cenário público. Oficinas e minicursos sobre: leitura e transcrição de documentos manuscritos (Juçara Wolf e Luciano Von Fruhauf); captação de recursos pela Lei de Incentivo à Cultura (Paola Nascimento); descrição e indexação na plataforma AtoM (Daniel Flores), além da apresentação dos nove artigos que compõem esses anais.

Durante a plenária final do evento, foram sugeridas as seguintes moções:

- 1) Incentivar a criação de vagas para arquivistas em instituições arquivísticas;
- 2) Buscar melhores condições de funcionamento ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC);
- 3) Buscar ações de integração junto com o Curso de Graduação em Arquivologia, AAESC e instituições arquivísticas;
- 4) Articular cursos de extensão e de especialização em arquivos para capacitação dos profissionais de arquivo;
- 5) Articular ações para implantação e estruturação de arquivos municipais;
- 6) Buscar a criação de uma modalidade específica para arquivos no Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura.

Além das moções, durante o encerramento do evento foi entregue o prêmio Walter Piazza, neste ano contemplando a Professora Dra. Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho por sua larga contribuição para o desenvolvimento da Arquivologia Catarinense, além de ser uma das fundadoras do curso de graduação em Arquivologia da UFSC.

Este livro busca registrar os trabalhos que foram apresentados no XIV ECA, diante da significativa contribuição deste evento para o desenvolvimento da Arquivologia no estado, enquanto um espaço de compartilhamento entre representantes de instituições públicas e privadas, arquivistas, profissionais que atuam em arquivos, estudantes de universidades e demais pessoas interessadas pela preservação do patrimônio documental do estado de Santa Catarina.

Os trabalhos estão organizados em forma de capítulos e subdivididos entre os eixos: Eixo 1 - Gestão Documental, que compreende os processos de organização dos arquivos, abrangendo as atividades de classificação, descrição e preservação voltadas à técnicas e metodologias de trabalho; Eixo 2 - Ferramentas tecnológicas aplicadas a arquivos, que vislumbra a aplicação tecnológica frente aos fazeres arquivísticos, tratando de metodologias, padrões nacionais e internacionais, assim como sistemas para a gestão documental; e Eixo 3 - História, memória e patrimônio nos arquivos, que engloba as atividades de difusão e acesso aos documentos, bem como o papel dos arquivos em uma perspectiva cultural.

Desejamos uma ótima leitura!

# Patrimônio cultural em risco: arquivos e planos de emergência

## *Cultural heritage at risk: archives and emergency plans*

**Carlos Alberto Rodrigues**, Universidade Federal de Santa Catarina, carlosalberto.cb@bol.com.br

**Eliana Maria dos Santos Bahia**, Universidade Federal de Santa Catarina, eliana.maria@ufsc.br

**Resumo:** A recomendação de planos de emergência em arquivos, bibliotecas e museus é recorrente na literatura científica, porém uma prática pouco efetivada em vários países. Este artigo é parte integrante de estudo em andamento no PGCIN da UFSC que aborda os planos de emergência em arquivos no âmbito da competência do profissional da informação arquivista. O presente estudo tem como objetivo geral conhecer a percepção de graduandos em arquivologia de universidade do sul do Brasil sobre planos de emergência em arquivos. De modo específico se propõe a: caracterizar o arquivo enquanto patrimônio cultural; relacionar plano de emergência e preservação do patrimônio cultural; relatar a percepção de alunos de graduação em arquivologia sobre a temática plano de emergência. De forma exploratória e a partir de uma pesquisa bibliográfica, a coleta de dados utilizou questionário composto por seis perguntas relacionadas ao tema plano de emergência em arquivo que foram respondidas por 10 graduandos do curso de arquivologia de uma universidade da região sul do Brasil. Os resultados indicam que 4 graduandos desconhecem a temática, 9 identificam relação com política de preservação, 6 identificam o arquivista como responsável, 7 indicam a participação de outros profissionais, 8 não conhecem instituição que possua plano de emergência.

**Palavras-chave:** Arquivo. Patrimônio cultural. Desastres. Plano de emergência. Arquivista.

**Abstract:** The recommendation of emergency plans in archives, libraries and museums is recurrent in the scientific literature, but a practice with little effect in many countries. This article is part of an ongoing study at the UFSC PGCIN that addresses emergency plans in archives within the competence of the archivist information professional. The present study has as its general objective to know the perception of archival undergraduates of a university in southern Brazil about emergency plans in archives. Specifically, it proposes to: characterize the archive as a cultural heritage; relate emergency plan and preservation of cultural heritage; report the perception of undergraduate students in archivology about the emergency plan theme. In an exploratory way and from a bibliographic research, the data collection used a questionnaire composed of six questions related to the theme of emergency plan on file that were answered by 10 undergraduate students of the archivology course of a university in southern Brazil. The results indicate that 4 undergraduates are unaware of the theme, 9 identify a relationship with preservation policy, 6 identify the archivist as responsible, 7 indicate the participation of other professionals, 8 do not know the institution that has an emergency plan.

**Keywords:** Archives. Cultural heritage. Disaster. Emergency plan. Archivist.

## 1 INTRODUÇÃO

Os arquivos se configuram como um relevante patrimônio cultural da humanidade. Ao registrar de maneira orgânica as funções e atividades de instituições públicas e privadas, famílias e pessoas, os documentos de arquivo se estabelecem como um objeto privilegiado de estudo do passado, ao qual é atribuído valor como patrimônio cultural.

No Brasil, o entendimento dos documentos de arquivo como parte do patrimônio cultural se encontra amparado no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, a qual define o patrimônio cultural brasileiro como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” e preconiza a sua proteção por meio de ações de preservação (BRASIL, 1988).

Ocorre, porém, que os documentos de arquivo, em seus variados suportes, estão sujeitos a uma ampla gama de possibilidades de desastres. Incêndios, inundações e temporais são exemplos destes eventos de enorme potencial de destruição em arquivos, sendo que os riscos podem ser provenientes tanto do entorno quanto do interior da edificação na qual os documentos são armazenados. Diante desta condição, os arquivos se estabelecem como um patrimônio cultural em constante risco (UNESCO, 2002).

Os desastres são ocorrências inesperadas que atingem edifícios que são ou armazenam patrimônios culturais, causando danos e perdas irreparáveis. Recentes incêndios, incluindo o ocorrido em 2018 no Museu Nacional Brasileiro, chamam a atenção da sociedade para a situação de risco em que se encontram instituições que abrigam o patrimônio cultural em vários países e os prejuízos que este tipo de ocorrência pode ocasionar.

A literatura internacional relativa a gestão de desastres é vasta e preconiza a elaboração e implementação de planos de emergência como forma de se prevenir, proteger, responder e recuperar-se dos desastres (HERNANPÉREZ, 2011; ICA, 1997). Mesmo assim, a realidade de muitos países ainda é de inexistência de planos de emergência na maior parte dos arquivos (NYANGA; NENGOMASHA; BEUKES-AMISS, 2018). No Brasil, verifica-se insuficiência de estudos que abordem planos de emergência em arquivos. Pesquisa exploratória realizada em 05 de agosto de 2019 nas

bases de dados Scopus, Web of Science, Library & Information Science Abstracts (LISA), Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA) e ProQuest Dissertation & Theses Global utilizando as palavras-chave “plano de emergência”, “arquivos” e “edifícios de arquivo” e suas equivalentes nos idiomas inglês e espanhol recuperou 85 relatos no período de 2013 a 2018, contudo nenhum dos estudos recuperados retrata o Brasil.

Planos de emergência em arquivos são documentos que contém todas as medidas, recursos, condutas e procedimentos a serem adotados antes, durante e depois da ocorrência de desastres. São elaborados de acordo com as especificidades de cada arquivo, natureza e características dos documentos, estrutura e sistemas da edificação, localização geográfica e condições climáticas.

Nesse contexto, o plano de emergência em arquivo imbrica-se com a prática arquivística e com a preservação do patrimônio cultural por se configurar uma ferramenta eficaz para o reconhecimento dos riscos de desastres, atuação em eventos críticos e retorno rápido à disponibilidade do acesso em arquivos.

Assim, se estabelece um desafio ao arquivista contemporâneo enquanto gestor ativo da informação: contemplar os planos de emergência na prática profissional como uma forma de salvaguardar os documentos de arquivo dos riscos de desastre e preservar o patrimônio cultural nos arquivos. Não obstante, cabe a pergunta: qual é a percepção dos graduandos em arquivologia sobre a temática plano de emergência em arquivos?

Destarte, visando contribuir para a preservação do patrimônio cultural, este estudo propõe uma investigação com o objetivo de conhecer a percepção de graduandos em arquivologia sobre planos de emergência em arquivos em uma universidade localizada na região sul do Brasil.

## **2 ARQUIVOS: PATRIMÔNIO CULTURAL EM RISCO**

Os registros documentais contextualizam diferentes representações sociais, um patrimônio que ao ser preservado possibilita às gerações futuras compreender e lembrar o passado (SANTOS; FLORES, 2017).

Os documentos de arquivo, em seus mais variados suportes, se configuram como registros orgânicos produzidos pelo exercício das funções e atividades dos seus produtores. Em analogia aos estudos geológicos que examinam as camadas de solo formadas pela deposição de sedimentos para compreender o processo de formação da Terra, Fugueras e Mundet (2008) apontam que os arquivos nada mais são do que o lento sedimento da produção documental de instituições públicas, privadas e indivíduos ao longo do tempo que se constitui objeto privilegiado para estudo do passado remoto e recente.

Em um processo contínuo de transformação, o valor administrativo dos documentos de arquivo diminui como passar do tempo e sua importância como registro para memória aumenta na direção de configurar os arquivos como base fundamental para entendimento da história não apenas de uma instituição, mas também da sociedade em suas relações sociais e econômicas (PAES, 2004).

Os documentos de arquivo são testemunhos da cultura que, ao refletirem interações sociais e históricas, se estabelecem como legado do passado para o futuro, preservado na esperança de que o que foi pensado, criado e descoberto possa ser utilizado pelas gerações futuras (BUCHANAN, 1988). São informações mantidas como prova e como um ativo de informação por organizações e/ou pessoas (ABNT, 2018).

Enquanto ativo de informação, o documento se estabelece como patrimônio através da atribuição intencional de valores que vão além das razões administrativas pelo qual foi criado. Para a UNESCO (2002) o patrimônio documental, enquanto memória coletiva e documentada dos povos, constitui-se como uma parte considerável do patrimônio cultural mundial.

O caráter de patrimônio cultural do arquivo é também explicitado na Declaração Universal Sobre os Arquivos (DUA) do International Council on Archives (ICA), segundo a qual os arquivos são um patrimônio singular e insubstituível, preservado e transmitido de uma geração para outra como evidência autêntica de atividades administrativas, culturais e intelectuais que refletem a sociedade (ICA, 2010).

Cabe frisar que a sociedade contemporânea presencia uma explosão na produção documental impulsionada pelas tecnologias de informação e comunicação. Assim, na “era da informação” aumenta a consciência e necessidade de manter e disponibilizar conteúdos (SANTOS; FLORES, 2017), mas na mesma medida aumenta a responsabilidade pela preservação daquilo que foi ou será selecionado para compor o patrimônio cultural nos arquivos através do processo arquivístico multidisciplinar de avaliação dos documentos (BERNARDES; DELATORRE, 2008).

De acordo com a UNESCO (2002), uma grande parcela da memória do mundo que se encontra em arquivos, bibliotecas e museus corre perigo. A organização internacional alerta que estes patrimônios culturais estão

permanentemente sujeitos aos riscos de desastre provenientes de fatores naturais, como incêndios e inundações, e/ou provocados pela ação antrópica: roubos, acidentes, guerras, negligência dos cuidados básicos de conservação. Assim, a responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural dos arquivos colide com o risco de “morte” dos documentos pela ocorrência de desastres. A seção a seguir aborda os riscos de desastre em arquivos.

### 3 RISCOS DE DESASTRE EM ARQUIVOS

A ocorrência recente de incêndios em edifícios que são ou abrigam patrimônios culturais chama a atenção internacional para os riscos a que estes patrimônios estão sujeitos em caso de desastres: Escola de Artes de Glasgow, na Escócia, em 2014 e 2018; Museu da Língua Portuguesa de São Paulo, no Brasil, em 2015; Museu Nacional de História Natural, na Índia, em 2016; Catedral Saint Sava de Nova Iorque, nos EUA, em 2016; Museu Marítimo de Jacarta, na Indonésia, em 2018; Museu Nacional, no Brasil, em 2018; Catedral de Notre-Dame, na França, em 2019 (NO RIO..., 2019).

De maneira geral, a frequência e intensidade de desastres vem aumentando em nível mundial, o que conduz a necessidade de ações integradas de gestão de riscos de desastre por parte dos governos e da sociedade (CARDOSO; PINTO, 2017). No Brasil, os municípios da região sul reportaram oficialmente aos estados e a União 2.296 casos de danos e prejuízos provocados pela ocorrência de desastres de modo geral entre os anos de 1995 a 2014, com prejuízo total estimado em R\$ 29.864.211.888 reais (UFSC, 2016).

Especificamente em relação a arquivos, Basques e Rodrigues (2014) identificaram em um total de 104 reportagens veiculadas em seis meios de comunicação os seguintes tipos de ocorrência no Brasil: documentos furtados, incinerados, destruídos pela chuva, destruídos por cupim, incêndio, extraviado, roubados, jogados no rio, queimados, eliminados indiscriminadamente, rasgados, desaparecidos, destruídos por mofo e enchente, jogados no lixo, infestado por fungo devido a condições precárias de armazenamento. Em Santa Catarina, segundo matéria publicada em 21 de dezembro de 2018 pelo jornal Notícias do Dia *online*, o Arquivo Público de Santa Catarina sofreu perda de documentos em decorrência de infiltrações causadas pela ação de forte chuva e vento que arrancou parte do telhado (DALCIN, 2019).

Assim sendo, não obstante a série de agentes de degradação natural a que os documentos estão sujeitos, com ação específica em cada suporte utilizado, os arquivos necessitam ainda gerenciar os riscos e danos provocados pela ocorrência de desastres.

Desastres são eventos inesperados, temporários e de efeito altamente destrutivo. Podem ocorrer devido a causas naturais (ex.: terremoto, furacão, erupção vulcânica, alterações no clima) ou ser causados pela ação humana (vazamento de água, incêndio, ação terrorista, conflito armado), bem como estar associados a localização do arquivo próxima de áreas industriais, militares, tráfego aéreo, de conflito político ou civil, entre outros (ICA, 1997).

Os riscos podem ser provenientes do exterior do edifício: temporal, inundações, terremotos, tsunamis, deslizamentos de terra, proximidade com atividades de potencial risco (instalações comerciais, industriais, militares, políticas, autopistas, vias férreas e rotas aéreas); da estrutura e serviços do edifício: instalações elétricas ou de gás, máquinas e equipamentos, laboratórios instalados no edifício, produtos inflamáveis armazenados, tubulação de água (consumo e combate a incêndio) e esgoto, sistemas de ar condicionado; da ação antrópica: incêndio criminoso, vandalismo, terrorismo, conflitos (IFLA, 2006).

Segundo os agentes de destruição os danos podem ser classificados em: provocados pelo fogo; provocados pela água; provocados por forças físicas naturais; provocados pela ação humana (MINISTERIO DE CULTURA, 2010; MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE, 2015).

Ao considerar os riscos a que estão expostos os documentos, a NBR ISO 15489-1:2018 - Informação e documentação – Gestão de documentos de arquivo Parte1: Conceitos e princípios, recomenda que sejam adotadas precauções no armazenamento dos documentos de forma a protegê-los de todos os agentes de destruição, incluindo roubos e desastres (ABNT, 2018).

Assumindo e reconhecendo o constante risco a que os documentos estão expostos em função das características do entorno do prédio do arquivo, de projeto e manutenção da estrutura e serviços e da ação/omissão humana, é possível adotar certas estratégias que atenuam as consequências deste tipo de ocorrência. Estas estratégias são explicitadas em planos de emergência (UNESCO, 2002). A seção a seguir aborda os planos de emergência no âmbito dos arquivos.

#### 4 PLANOS DE EMERGÊNCIA EM ARQUIVOS

A inundação de Florência no ano de 1966 é um marco após o qual iniciou-se uma nova abordagem que acredita ser possível prever e recuperar-se de desastres que atingem patrimônios culturais. O que até então era encarado como uma fatalidade do destino, passou a ser visto como um evento passível de planejamento rigoroso (ICA, 1997; HERNANPÉREZ, 2011).

Ao longo do tempo a literatura sobre a planificação de desastres tornou-se ampla e atualmente permite a elaboração de planos objetivos e específicos para cada arquivo (HERNANPÉREZ, 2011). Por outro lado, a mesma literatura aponta para uma realidade perigosa em muitos países: poucos arquivos possuem planos de emergência ou possuem planos deficitários (NYANGA; NENGOMASHA; BEUKES-AMISS, 2018), o que compromete a preservação dos documentos em caso de emergência.

Uma emergência em patrimônio cultural é um evento de risco que pode afetar a integridade do patrimônio cultural, necessitando ações imediatas de proteção e recuperação (MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE, 2015).

Na contemporaneidade do mundo digital, mais do que nunca a implementação de políticas de preservação demanda estudos interdisciplinares que possibilitem identificar, evitar e minimizar riscos dentro de padrões amplamente aceitos (SANTOS; FLORES, 2017).

Em âmbito internacional, o International Council on Archives (ICA) orienta para a elaboração de políticas e estratégias para gestão de desastres, com o objetivo de promover a preservação do patrimônio mundial depositados nos arquivos (ICA, 1997).

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) recomenda que as instituições de arquivo elaborem e formalizem planos de emergência, os quais necessitam incluir um programa de manutenção do edifício e, a partir de um diagnóstico prévio do prédio, identificar: riscos geográficos, climáticos e vulnerabilidades do prédio em relação a sua função de proteger o acervo (CONARQ, 2005, 2012).

O dicionário brasileiro de terminologia arquivística define plano de emergência como: “parte de plano de proteção civil aplicada aos arquivos que estabelece medidas preventivas e de emergência em caso de sinistros. Também chamada plano de controle de desastre ou plano de desastre” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 133).

O plano de emergência estrutura-se a partir de 4 áreas principais: prevenção, proteção, resposta e recuperação. A prevenção compreende o levantamento de riscos externos e internos à edificação de arquivo. A proteção consiste no estabelecimento de medidas para proteger os documentos dos riscos potenciais. A resposta estabelece os procedimentos em caso de eventos de desastre. A recuperação compreende as medidas para recuperar os documentos danificados e reestabelecimento do funcionamento da unidade (BUCHANAN, 1988).

A implementação de planos de emergência em arquivos e bibliotecas objetiva reduzir o impacto de desastres através de preparação, resposta rápida e recuperação eficaz, mas sua efetivação nestes espaços ainda é incipiente por vários motivos. Estudo realizado por Kostagiolas et al (2011) com diretores de bibliotecas identificou motivos para não existência de planos de emergência em instituições na Grécia: outras prioridades (29%), não ser sua responsabilidade (23%), desconhecimento da temática (17%) e custo (17%) (NYANGA; NENGOMASHA; BEUKES-AMISS, 2018).

O arquivista é um gestor ativo da informação que necessita balizar sua atuação na satisfação das necessidades de informação e na salvaguarda de direitos e deveres contidos nos documentos, bem como na garantia das possibilidades de investigação e difusão cultural (FUGUERAS; MUNDET, 2008). Qualquer que seja a situação de emergência, a equipe do arquivo necessita responder de forma rápida e correta para evitar maiores danos e reduzir as perdas (CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES, 2003).

Os arquivistas contemporâneos se encontram frente a um desafio. Ao mesmo tempo em que é necessário reforçar o trabalho de difusão e acesso aos arquivos é imperioso estabelecer planos de emergência e atuar na preservação dos documentos para evitar que parte da memória coletiva se perca (FUGUERAS; MUNDET, 2008).

O maior risco da planificação de desastres em arquivos é não a assumir como parte da boa prática arquivística e elemento decisivo na política de preservação (HERNANPÉREZ, 2011). Uma vez que desastres são imprevisíveis, todo arquivo necessita de um plano voltado à preparação e recuperação em caso de desastre, contudo muitos arquivistas não sabem como desenvolvê-lo (FLEISCHER; HEPPNER, 2009).

Cogita-se que o estudo da percepção de futuros profissionais arquivistas durante seu período de formação universitária possa contribuir na busca de alternativas que colaborem para o desenvolvimento de competência (enquanto conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes) voltada à efetivação de planos de emergência em arquivos, com

vistas à preservação do patrimônio cultural. A próxima seção apresenta a metodologia utilizada para a obtenção dos resultados da pesquisa.

## 5 METODOLOGIA

O presente estudo se configura como de natureza quali-quantitativa pois se estabelece como um meio para explorar ou entender o significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano e produz uma descrição numérica de tendências, atitudes ou opiniões de uma população estudada (CRESWELL, 2010). Em relação ao tipo, trata-se de uma pesquisa exploratória que pretende aumentar a experiência dos pesquisadores sobre o problema (TRIVIÑOS, 1987). A estratégia adotada foi amostragem intencional e a coleta dos dados se deu através da aplicação de questionário anônimo com 10 graduandos em Arquivologia em uma universidade federal localizada na região sul do Brasil. O questionário é composto por 6 questões abertas relacionadas a temática plano de emergência em arquivos: 1) Você já ouviu falar sobre plano de emergência em arquivos? 2) O que você entende que seria um plano de emergência em arquivos? 3) Na sua opinião, existe relação entre plano de emergência e política de preservação em arquivo? Se sim, qual seria? 4) Quem você considera que seria o profissional responsável por elaborar e implementar planos de emergência em arquivo? 5) Que outros profissionais você entende que podem se envolver na elaboração e implementação de planos de emergência? 6) Conhece alguma instituição (arquivo, biblioteca ou museu) que possui plano de emergência? Se sim, qual?

A aplicação do questionário ocorreu durante a disciplina de preservação e conservação do curso de arquivologia e contemplou a totalidade dos alunos presentes. Os questionários respondidos foram identificados com a palavra “graduando” e letras de “A à J” para fins de tabulação dos dados. Os dados obtidos em cada questão foram organizados em formato de tabelas contendo a identificação atribuída (Ex.: Graduando F) e a respectiva resposta. A análise dos dados se deu pela identificação percentual de tendências das respostas dos graduandos.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os planos de emergência em arquivos se configuram como uma medida basilar na preservação do patrimônio cultural. Destarte, necessita ser reconhecida pelo profissional da informação arquivista e abordada em uma perspectiva interdisciplinar com outros campos de conhecimento e instituições. Em ambos os casos, convém que o período de formação do arquivista permita o desenvolvimento de competência voltada à elaboração e implementação de planos de emergência.

O levantamento da percepção dos graduandos do curso de arquivologia sobre planos de emergência indicou que no universo da amostragem (n=10) 06 graduandos já ouviram falar sobre plano de emergência em arquivos (graduandos B, C, D, E G e H), enquanto que 04 nunca ouviram falar sobre o tema (graduandos A, F, I e J).

Com relação ao que seria um plano de emergência em arquivos, 09 graduandos responderam à questão, sendo que 01 graduando não respondeu. As respostas obtidas para essa questão são apresentadas na tabela 1 a seguir

*Tabela 1 - O que entende por plano de emergência*

Graduando A	Não respondeu.
Graduando B	Plano para atuar em situações como inundações e incêndios.
Graduando C	Um programa de prevenção contra acidentes e também medidas a serem tomadas em caso de emergência.
Graduando D	Ações e treinamentos para momentos de emergência.
Graduando E	Um documento escrito com um conjunto de ações necessárias para a salvaguarda do acervo e sua durabilidade, além de impedir problemas futuros, como incêndio e inundações.
Graduando F	Talvez um plano que envolva prevenção em casos de incêndios ou enchentes ou afins, como forma de evitar perdas.
Graduando G	Plano que estabelece as normas para que se evite incêndios e demais sinistros nos arquivos.
Graduando H	Ações necessárias caso ocorra alguma emergência.
Graduando I	Entendo de seria medidas adotadas contra incêndio, desastre natural.
Graduando J	Salvar arquivos de fato.

Sobre a existência de relação entre planos de emergência e política de preservação em arquivo, 01 graduando afirmou não saber (graduando A), enquanto que 09 graduandos responderam que há relação, destes, 06 graduandos descreveram-na segundo apresenta-se na tabela 2, a seguir.

*Tabela 2 - Relação plano de emergência – política de preservação*

Graduando B	Sim, pois a política de preservação visa a preservação desses casos de emergência.
Graduando C	Sim, os dois visam garantir a integridade física do documento e para isso precisam trabalhar juntos.
Graduando D	Com certeza, o plano de emergência deve estar incluso na política de preservação dentro da instituição.
Graduando F	Sim, a política estabelece regras no âmbito geral, portanto é capaz de gerir um plano de emergência.
Graduando H	Sim, dentro da política precisaria de um plano de emergência.
Graduando I	Sim, o plano de emergência serve também como uma política para preservação do acervo.

Acerca de qual profissional seria responsável por elaborar e executar planos de emergência em arquivos, 01 graduando não respondeu a questão, no tempo que 09 graduandos responderam indicando um ou mais profissionais, conforme apresenta a tabela 3 a seguir.

*Tabela 3 - Profissional responsável pelo plano de emergência*

Graduando A	Não respondeu.
Graduando B	Arquivista; equipe do arquivo.
Graduando C	Arquivista.
Graduando D	Arquivista; Serviço de Segurança e Meio Ambiente.
Graduando E	Arquivista; profissional da área de segurança; bombeiro.
Graduando F	Alguém capacitado na área.
Graduando G	Bombeiro; Segurança do trabalho; Profissional de preservação.
Graduando H	Profissional da área de segurança.
Graduando I	Arquivista; bombeiro; equipe do arquivo.
Graduando J	Arquivista.

No tocante quais outros profissionais que podem se envolver na elaboração e implementação de planos de emergência em arquivo, 01 graduando não respondeu a questão e 09 responderam conforme se apresentam na tabela 4 a seguir.

*Tabela 4 - Outros Profissionais envolvidos no plano de emergência*

Graduando A	Arquivista.
Graduando B	Toda equipe do arquivo.
Graduando C	Bombeiro; profissional da área de segurança.
Graduando D	Toda equipe do arquivo.
Graduando E	Arquivista; bombeiro; profissional da área de segurança;
Graduando F	Arquivista.
Graduando G	Bombeiro; Segurança do trabalho; Profissional de preservação.
Graduando H	Bombeiros; engenheiros.
Graduando I	Não respondeu.
Graduando J	Museólogo; cientistas.

Relativamente a conhecer instituição (arquivo, biblioteca ou museu) que possui plano de emergência, 08 graduandos responderam negativamente, 01 graduando (graduando G) não respondeu a questão e 01 graduando (graduando C) relatou o Plano de Emergência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A análise dos resultados indica que 40% dos graduandos em arquivologia pesquisados desconhece a temática plano de emergência em arquivo. Não obstante, 80 % dos graduandos define o que seria um plano de emergência em arquivos, incluindo os graduandos F e I que informaram nunca ter ouvido falar sobre o tema.

A relação da temática plano de emergência em arquivos com política de preservação é identificada por 90 % dos graduandos, predominando o entendimento de que o plano de emergência é parte integrante da política de preservação.

No tocante a quem seria o profissional responsável pela elaboração e implementação do plano de emergência em arquivo, 20 % dos graduandos identifica como sendo o arquivista, 40 % dos graduandos entende que seria o arquivista em conjunto com outros profissionais, 30 % dos graduandos não considera que seja uma responsabilidade do arquivista.

A necessidade de envolver outros profissionais na elaboração e implementação de planos de emergência é identificada por 70% dos graduandos, sendo que 2 destes graduandos entendem ser necessário envolver toda equipe do arquivo.

Por fim, 80% dos graduandos em Arquivologia informa não conhecer instituição (arquivo, biblioteca ou museu) que possua plano de emergência. Destaca-se que o Plano de Emergência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, informado pelo graduando C, não se encontra disponível na página eletrônica do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese a vasta literatura disponível sobre gestão de desastres em arquivos apontada nos estudos de Hernanpérez (2011), a implementação de planos de emergência ainda não está institucionalizada em muitos países (NYANGA; NENGOMASHA; BEUKES-AMISS, 2018). Uma condição desfavorável sob o ponto de vista da preservação do patrimônio cultural mantido pelos arquivos, que carece de estudos no campo da Arquivologia brasileira.

A aplicação de questionário de pesquisa junto à graduandos em Arquivologia se mostrou pertinente para prospectar possibilidades de aprofundamento de pesquisa. Os dados obtidos corroboram alguns apontamentos do estudo de Kostagiolas et al (2011) relatado por Nyanga; Nengomasha; Beukes-amiss (2018) acerca de motivos para a não implantação de planos de emergência, a saber: desconhecimento da temática e não identificar como sua responsabilidade. Por outro lado, evidenciam percepção da relação entre planos de emergência e políticas de preservação e do caráter interdisciplinar da temática.

Aventa-se que a ampliação do universo de pesquisa permita comparar e relacionar diferentes percepções durante a formação do profissional arquivista, de modo a subsidiar o desenvolvimento de competência voltada a elaboração e implementação de planos de emergência em arquivos e, de forma mais ampla, contribuir para a preservação do patrimônio cultural.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da ciência da informação. *Ciência da Informação*, [S.l.], v. 38, n. 3, set/dez 2009. ISSN 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1240/1418>. Acesso em: 10 set. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, 232p. Disponível em: [http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/dicionrio\\_de\\_terminologia\\_arquivistica.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf). Acesso em: 13 set. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR ISO 15489-1 Informação e documentação – Gestão de documentos de arquivo Parte1: Conceitos e princípios*. Rio de Janeiro: ABNT, 2018, 25p.

BERNARDES, I. P; DELATORRE, H. *Gestão documental aplicada*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008, 54 p. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao\\_documental\\_aplicada.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf). Acesso em: 25 out 2019.

BRASIL. *Constituição (1988)*. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 set. 2019.

BUCHANAN, S. A. Disaster planning, preparedness and recovery for libraries and archives: a RAMP study with guidelines. Paris: UNESCO, 1988, 182 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000079813>. Acesso em: 14 set. 2019.

CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES. Basic Conservation of Archival Materials: Chapter 5 – Disaster Planning and Recovery. Ottawa: CCA, 2003, p. 39-50. Disponível em: [http://www.cdncouncilarchives.ca/rbch5\\_en.pdf](http://www.cdncouncilarchives.ca/rbch5_en.pdf). Acesso em: 14 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo. Rio de Janeiro: CONARQ, 2005.20p. Disponível em: [http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/recomendaes\\_para\\_a\\_produo.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendaes_para_a_produo.pdf). Acesso em: 12 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução nº 34, de 15 de maio de 2012. Dispõe sobre a adoção das Recomendações para a salvaguarda de acervos arquivísticos danificados por água pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos –SINAR. Disponível em: [http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Recomendacoes\\_\\_resgate\\_acervos\\_completa.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes__resgate_acervos_completa.pdf). Acesso em: 20 mai 2019.

CARDOSO, D.; PINTO, A. L. Fluxo de informação em desastres naturais: os quatro desafios para as ações de resposta. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 13, n. 2, p. 98-115, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3445>. Acesso em: 13 set. 2019.

CRESWELL, J. L. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Magda Lopez. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/337950252/CRESWELL-John-W-Projeto-de-pesquisa-pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

DALCIN, C. R. Prejuízo no Arquivo Público de SC é incalculável, de acordo com arquivista voluntário. Notícias do dia *online*. Florianópolis, 21 dez. 2019. *Online*. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/prejuizo-no-arquivo-publico-de-sc-e-incalculavel-de-acordo-com-arquivista-voluntario/>. Acesso em: 25 out. 2019.

FLEISCHER, S. V.; HEPPNER, M. J. Disaster Planning for Libraries and Archives: What You Need to Know and How to Do It. Library & Archival Security, V. 22, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01960070902904167?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 14 set. 2019.

FUGUERAS, R. A.; MUNDET, J. R. Los archivos del poder: el poder de los documentos. Madri: Alianza Editorial, 2008, 203 p.

HERNANPÉREZ, A. S. Los desastres em los archivos: cómo planificarlos (uma guía em siete pasos). Gijón: Ediciones Trea, 2011, 183 p.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Prevención de desastres y planes de emergencia: compendio de la IFLA. França: 2006, 86p. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/pac/ipi/ipi6-es.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Guidelines on disaster prevention and control in archives. França: 1997, 40p. Disponível em: [https://www.ica.org/sites/default/files/ICA\\_Study-11-Disaster-prevention-and-control-in-archives\\_EN.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_Study-11-Disaster-prevention-and-control-in-archives_EN.pdf). Acesso em: 1 ago. 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Declaração universal sobre os arquivos. França: 2010, 1p. Disponível em: [https://www.ica.org/sites/default/files/ICA\\_2010\\_Universal-Declaration-on-Archives\\_PT.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf). Acesso em: 20 mai. 2019.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE (Espanha). Plan Nacional de Emergencias y Gestión de Riesgos en Patrimonio Cultural. Madrid: Secretaria General Técnica, 2015, 42p. Disponível em:

<https://sede.educacion.gob.es/publiventa/plan-nacional-de-emergencias-y-gestion-de-riesgos-en-patrimonio-cultural/patrimonio-historico-artistico/20705C>. Acesso em: 12 set. 2019.

MINISTERIO DE CULTURA (Espanha). Conservación preventiva y Plan de Gestión de Desastres en archivos y bibliotecas. Madrid: Secretaria General Técnica, 2010, 105p. Disponível em: [http://www.ahhp.es/documentacion/conservacion\\_preventiva/Emergencias/Conservacion%20Libros%20y%20Documentos%20Plan%20Emergencias.pdf](http://www.ahhp.es/documentacion/conservacion_preventiva/Emergencias/Conservacion%20Libros%20y%20Documentos%20Plan%20Emergencias.pdf). Acesso em: 12 set. 2019.

NO RIO seminário global discute prevenção de incêndios na gestão do patrimônio cultural. Organização das Nações Unidas Brasil. Rio de Janeiro, 21 jun. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/no-rio-seminario-global-discute-prevencao-de-incendios-na-gestao-do-patrimonio-cultural/>. Acesso em: 25 out. 2019.

NYANGA, E.; NENGOMASHA, C. T.; BEUKES-AMISS, C. M. Disaster Preparedness and Management at the National Archives and the National Library of Namibia. *African Journal of Library Archives and Information Science*, abr. 2018, v. 28, ed. 1, p. 77-91.

PAES, M. L. Arquivo: teoria e prática. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 228 p.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Preservação do patrimônio documental arquivístico em ambiente digital. *Palabra Clave (La Plata)* [on line]. 2017, 7 ed. v. 1, p. 1 -16. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350553375004>. Acesso em: 15 set. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. da S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: [http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em\\_Ciencias-Sociais.pdf](http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf). Acesso em: 14 set. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Memória do mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Paris: UNESCO, 2002, 67 p. disponível em: <https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Relatório dos danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais no Brasil: 1995 - 2014. Florianópolis: CEPED UFSC, 2016, 230 p. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/01/111703-WP-CEPEDRelatoriosdeDanoslayout-PUBLIC-PORTUGUESE-ABSTRACT-SENT.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

[arquivistas@gmail.com](mailto:arquivistas@gmail.com)